

Medidas fiscais dos EUA dificultam a redução da dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — Ao lançar a nova estratégia do Governo americano para alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento, o Secretário do Tesouro, Nicholas Brady, disse que criaria incentivos para que os bancos reduzissem parte do estoque desse débito. Isso, porém, não está funcionando na prática. O Serviço de Arrecadação Interna (IRS), que vem a ser o fisco americano, acaba de baixar novas regras que estão praticamente impossibilitando a redução.

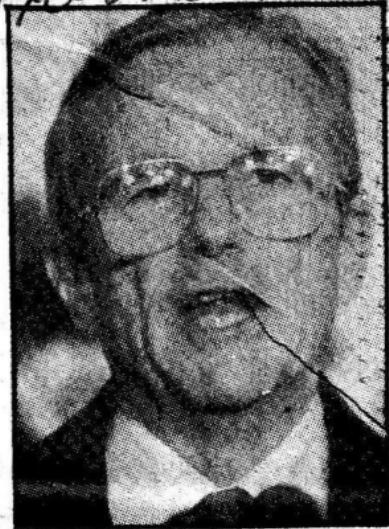
As novas regras estipulam um limite apertado para as isenções de impostos. Segundo a decisão, os banqueiros praticamente não poderão mais abater no imposto de renda o volume da dívida que decidissem perdoar.

Até agora, os banqueiros argumentavam que poderiam descontar na sua declaração de renda o que deixassem de receber dos países endividados. Mas a norma baixada pelo IRS diz que o abatimento só poderá ser feito sobre o total dos lucros que os bancos obtiverem no Exterior. Ou seja: o que deixarem de ganhar, no caso de uma redução da dívida, só poderá ser descontado do montante dos lucros com empréstimos feitos a outros países.

Isso significa que se o total que os bancos arrecadam quando um país lhes paga juros e capital for menor do que a quantia da dívida que estariam dispostos a reduzir, essa redução não poderá acontecer.

6 de fevereiro

Arquivo 13/3/89



Brady: incentivo a bancos

— Diante disso, os bancos agora estarão ainda mais relutantes, não só em promover uma redução como também em fazer novos empréstimos — comentou Lloyd Ator, especialistas em impostos da firma Price Waterhouse, de Nova York.

Os banqueiros estão insatisfeitos. Seu raciocínio é simples: em 1986 estipulou-se que os lucros obtidos com a venda de títulos da dívida externa deveriam ser declarados como ganho doméstico. Por isso, eles achavam que um prejuízo nessa área também deveria ser considerado como perda doméstica. Ou seja: que poderia ser abatida de sua declaração de rendas referente às operações gerais do banco. A nova regra, no entanto, especifica que esse prejuízo só pode ser abatido de uma declaração de bens referentes ao arrecadado com negócios feitos com outros países.

— Isso, sem dúvida, impede a implementação do Plano Brady — comentou Thomas Hanley, analista da corretora Salomon Brothers, de Nova York.